



27-
WAFSPO
lancG

MUNICÍPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024
ATA N.º 15/2024

ABERTURA

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no edifício sede da União de Freguesias da Amoreira, Parada e Cabreira, sito na Rua do Outeiro, em Amoreira, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Professor António Baptista Ribeiro, sendo a mesa composta, pela Senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Primeiro Secretário.

Estando reunidas as condições legais necessárias ao regular funcionamento da Assembleia, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, quando foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, dando-se de seguida início aos trabalhos, começando o mesmo por cumprimentar todos os presentes.

AUSÊNCIAS e PRESENÇAS

A sessão teve início com a verificação de presenças e ausências, tendo-se verificado a falta de Tânia Sofia Martins Martinho e Maria Manuela dos Santos Veiga e Paulo, as quais apresentaram justificação da respetiva falta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor João Paulo Pires Rolim foi substituído, em conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo Senhor Carlos Henriques dos Santos Soares, elemento a seguir na lista apresentada pelo Partido Social Democrata.

O Senhor António Manuel Albano Soares foi substituído, em conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo Senhor José Carlos Monteiro, elemento a seguir na lista apresentada pelo Partido Social Democrata.

O Senhor José Amílcar Monteiro de Almeida, Presidente da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela foi substituído, em conformidade com o

artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo Senhor José Manuel Ribeiro Caramelo, na qualidade de Secretário da União de Freguesias.

Não compareceu o Senhor José Florêncio da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver.

Do Executivo Camarário estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, António José Monteiro Machado, o Vice-Presidente Alcino Miguel dos Santos Morgado e os Vereadores, Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro e Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho.

si -
MARTIN
Vaneli.

ORDEM DO DIA

Verificadas as presenças e dada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Ata n.º 14, de Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2023;
2. Exposição de Assuntos de Interesse Municipal;

II - ORDEM DO DIA

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo;
2. Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia da Malhada Sorda: Prova Duetlo Cross Raia Ibérica;
3. Proposta de Regulamento de Remoção de Veículos em Situação de Abandono ou em Estacionamento Indevido ou Abusivo;
4. Proposta de Regulamento Fundo de Emergência Social;
5. Correção à Informação IMI/2024 de 11 de outubro de 2023;
6. Revisão N.º 1 às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024,
7. Declaração Institucional para Incentivar o Transporte Ferroviário do Corredor Atlântico no Lanço Ibérico e a sua Ligação com Madrid;
8. Minuta de Contrato de Consórcio “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro”;
9. Minuta de Contrato de Consórcio Externo AHP – Estratégia Territorial Aldeias Históricas de Portugal 2030;

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO

(Artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal)

a -
MARTINHO
Lana G.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à União de Freguesias da Amoreira, Parada e Cabreira, na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Luís Fonseca, por receber a Assembleia nas suas instalações, dando, seguidamente, a palavra ao Presidente da União. Tomou a palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias, que agradeceu a presença de todos e afirmou-se ainda eufórico com a assinatura do contrato para se iniciar dentro de dias as obras do Pavilhão Multifunções da Amoreira que será a maior mais valia dos últimos tempos, proporcionando um enorme desenvolvimento cultural, desportivo, festivo, agregando pessoas. Afirmou que não tinha nenhum sentimento individualista, pelo que será um espaço de todos para todos e que não fica indiferente ao restante Concelho, aguardando o começo de outros pavilhões, onde também votará a favor. Afirmou ter vindo a manifestar a visão de um todo do Concelho e não individualizar pois, só assim se pode alcançar o melhor e as melhoras que faltam a todos. Relembrou os Censos de 2021 e disse gostar de ter muito mais população, mas são o que são e são a terceira União mais populosa do Concelho, defendendo o desenvolvimento comunitário.

1 - Leitura e Aprovação de Atas de Sessões Anteriores

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata n.º 14, da sessão realizada dia 22 de dezembro de 2023, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com um voto de abstenção do membro António Frias.

2 - Exposição de Assuntos de Interesse Municipal;

Relatório CPCJ

O senhor Presidente da Assembleia colocou à disposição para consulta, o Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Almeida, referente ao ano de 2023. Mais informou, que a Dra. Maria José Loureiro solicitou um parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre a questão levantada na sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2023, a respeito da legalidade da publicação do Relatório na página de Internet do Município, mas que, até à data ainda não foi rececionada qualquer resposta.

Informou ainda, que o Professor Manuel Gomes, representante designado da Comissão de Acompanhamento do PDM comunicou que não pode apresentar qualquer relatório, uma vez que não houve reunião.

Voto de Pesar

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que, no passado dia 2 de janeiro faleceu o Senhor José Fareleira dos Santos, funcionário da Câmara Municipal e com o qual teve o prazer de trabalhar durante muitos anos. Disse ter sido um homem com uma intervenção de carácter social muito intensa, sendo irmão da Santa Casa da Misericórdia e um colaborador próximo dos Provedores, tanto do Senhor António Sousa Júnior como do Doutor Carlos Pereira, lamentando o seu falecimento.

Mencionou o Senhor Presidente que, por circunstâncias estranhas, até já deveria ter sido expresso na última Assembleia Municipal o falecimento do Senhor Fausto Dourado. Contudo, só agora teve conhecimento. Referiu que quer o Senhor Fausto Dourado, quer o Senhor José Fareleira dos Santos foram membros da Assembleia, propondo que, em sua homenagem se cumprisse um minuto de silêncio.

3 - Inscrição de membros da Assembleia para o Período De Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente abriu as inscrições para as intervenções.

Inscreveu-se, primeiramente, o membro Sara Correia, para afirmar que na sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023 solicitou a apresentação do relatório de atividades dos representantes daquela Assembleia nas diversas Comissões e Conselhos para os quais foram eleitos, lembrando o artigo 56.º-A que estabelece o dever de apresentação dos referidos relatórios anualmente. Dado que alguns desses membros ainda não deram qualquer parecer ou apresentaram nenhum relatório por escrito ou oralmente, afirmou que a Assembleia desconhece o teor das deliberações tomadas nas Comissões e Conselhos, em representação de todos, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia que os apresentassem.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Maria Helena Alves, que questionou se o Município, no âmbito de projetos de bioetanol tem algum levantamento no Concelho, de resíduos que possam vir a ser transformados, quer na agropecuária, quer na produção de resíduos a nível das cantinas, restaurantes ou outros e se há um interesse por parte da autarquia em perspetivar um aproveitamento disso.

Tomou a palavra a Senhora Sónia Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, para dizer que no passado dia dezasseis de janeiro foi enviada ao Senhor Presidente, uma solicitação de autorização para se fazer uma pequena obra de instalação de uma estação de carregadores elétricos para automóveis. Referiu que a empresa com a qual a Junta de Freguesia de Almeida contactou, denominada *Wowplug*, está disposta a fazer a instalação sem nenhuma

à
MATS IV
Laneli.

contrapartida de foro monetário, mas que, infelizmente, a empresa não avançou porque continuam à espera de resposta da Câmara Municipal. Afirmou que, sendo Almeida sede de Concelho e com o fluxo turístico que existe durante todo o ano, é impensável que nos dias de hoje não haja um carregador elétrico para automóveis para servir a população e os turistas da vila de Almeida. Concluiu, apelando ao Senhor Presidente uma resposta ao solicitado e, apelando à sensatez do Município que caso considere que tal ato não é da competência da Junta de Freguesia, que aproveite a oportunidade, pois não tem encargos de nenhuma natureza e que proporcione a oportunidade de, finalmente, Almeida ter carregadores elétricos para os automóveis. Se não for a Junta de Freguesia a proporcionar aquele serviço, que seja o Município a instalá-lo. Na sua opinião, não interessa quem o faz, o que interessa é que os carregadores sejam colocados, visto que existe esta oportunidade.

si -
MUNICÍPIO
laneG.

Seguidamente, tomou a palavra o membro José Gonçalves para questionar o Senhor Presidente se a sinalização vertical e horizontal na Rua do Comércio, em Vilar Formoso, mais precisamente junto à Estação, já está concluída. Afirmou que, tem-se deparado, pessoalmente, com problemas ao nível de regulamentação de trânsito na Rua da Fronteira e na Rua do Celeiro, constituindo um problema futuro.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia respondeu à solicitação do membro Sara Correia, dizendo que dava a palavra aos representantes das Comissões e Conselhos presentes na sala. Dado que ninguém se manifestou, deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, em sequência do que foi dito pelo Senhor Luís Fonseca, Presidente da União anfitriã, disse reiterar o que foi dito, que estão empenhados na concretização daqueles projetos, afirmando que é o seu objetivo e meta, conseguir resolver aquelas necessidades. Seguidamente, pediu desculpa aos elementos da Assembleia por não ter entregue todos os elementos documentais devidamente. Em relação à questão levantada pela Senhora Maria Helena Alves, respondeu que existem dois projetos principais e que foi feito um estudo na região da Guarda com o Instituto Politécnico da Guarda e com a Associação de Municípios da Cova da Beira e que o Município optou por aquele que teria maior retorno, que seria a aquisição de bio combustores para serem distribuídos nas diversas freguesias. Referiu que na nossa região ainda há práticas antigas de colocar os resíduos aos animais domésticos e que se optou pela utilização daqueles mecanismos, por ser mais rápido do que a recolha porta a porta. Acrescentou que há estudos que apontam que este último nem tinha viabilidade financeira. Os bio combustores já foram distribuídos, havendo a possibilidade de haver um reforço e de haverem um ou dois de maiores dimensões para poderem ser utilizados, embora a valorização não vá ser feita no Concelho.

Quanto à questão da Senhora Sónia Cunha, afirmou ser consciente daquele pedido e que determinou que o mesmo fosse analisado de duas formas. A primeira, sobre a questão legal da ocupação da via pública e a segunda, sobre a viabilidade técnica. Disse acreditar que terá toda a viabilidade dado que o local indicado tem um PT mesmo ao lado e que também considera este projeto importante, embora também hajam outros projetos em curso para serem colocados.

Maria
Lara

Em resposta ao Senhor José Gonçalves, respondeu que a sinalização ainda não está concluída, havendo alguns lapsos que ainda continuam, dizendo saber que faltam dois sinais de STOP, nomeadamente, nas ruas que referiu. Referiu que, nesta fase, quer que aconteça a pavimentação, mas que continuam atentos às dificuldades que apontou.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período da Ordem do Dia, dando início à apreciação do primeiro ponto.

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo

Tendo sido presente a informação, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetida pela Câmara Municipal, sobre o assunto em epígrafe, e recebida por todos os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, reiterando que o Relatório está muito incompleto, embora saiba que, entretanto, chegou mais informação e que o mesmo foi atualizado, colocando o mesmo à disposição de quem o quisesse consultar. Propôs que aquela informação fosse anexada ao próximo Relatório. Mais informou, que a atividade tem sido elevada, concluindo a sua intervenção, colocando-se à disposição para responder a qualquer questão.

Não havendo mais inscrições, passou-se ao ponto seguinte.

2. Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia da Malhada Sorda: Prova Duatlo Cross Raia Ibérica

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara que sobre o assunto referiu ter sido uma deliberação feita no sentido de atribuir à Junta de Freguesia de Malhada Sorda, um apoio financeiro para a realização naquela freguesia da Prova “Duatlo Cross Raia Ibérica”, integrada no Campeonato Nacional Individual de Duatlo Cross. Explicou que a Junta de Freguesia já tinha tentado trazer a Prova para a freguesia, mas não tinha sido possível, e que este ano, com mais tempo, conseguiram reunir as condições para o fazer, acabando por se

conseguir fazer um evento de cariz nacional e não apenas regional. Disse que, mais importante que a prova, interessa dar os parabéns à Junta de Freguesia pelo projeto, colocando o trabalho realizado no Atelier dos Louceiros como o Prémio dessa prova. O Presidente da Assembleia afirmou não estar presente no evento, mas que já lhe transmitiram que foi um êxito, dando os parabéns à Junta de Freguesia.

or -
Mafu
laneli.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ainda a palavra para dizer que foram três fins de semana preenchidos com atividades de relevo em termos nacionais, destacando também a prova de *Portugal O'Meeting* que se realizou na Miuzela, Almeida e Amoreira e que considera ter sido um êxito. Afirmou que envolveu muitos atletas que acredita que vão recordar a prova e querer voltar, havendo muitas expectativas para o futuro.

Apreciado o assunto e proposto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara municipal de atribuição à Junta de Freguesia de Malhada Sorda, do apoio logístico solicitado, bem como de apoio financeiro no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), destinado a compartilhar despesas relacionadas com a organização da Prova "Duatlo Cross Raia Ibérica", inserida no Campeonato Nacional de Triatlo, em organização conjunta com a Federação Portuguesa de Triatlo.

3. Proposta de Regulamento de Remoção de Veículos em Situação de Abandono ou em Estacionamento Indevido ou Abusivo

O Senhor Presidente apresentou o Projeto de Regulamento de Remoção de Veículos em Situação de Abandono ou em Estacionamento Indevido ou Abusivos, que visa estabelecer o regime a que ficam sujeitos os veículos considerados em estacionamento abusivo ou indevido, atentas as disposições constantes do Código da Estrada e demais legislação em vigor, bem como, os veículos localizados na via pública, que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono ou impossibilidade de serem deslocados com segurança por outros meios.

Mais informou, que a versão inicial do Projeto foi presente a reunião de Câmara de dia 19 de dezembro de 2023, tendo sido aprovada, por unanimidade e submetida a Consulta Pública. Decorrido o prazo de 30 dias, o qual terminou no dia 16 de fevereiro de 2024 para apreciação pública do Projeto de Regulamento supramencionado, nos termos do artigo 100.º e artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado na página de Internet do Município, não foram apresentadas nos Serviços quaisquer reclamações ou sugestões sobre o seu conteúdo, pelo que foi novamente presente a Reunião de Câmara de dia 21 de fevereiro de 2024, para apreciação da Informação de Consulta Prévia e submissão da mesma à Assembleia Municipal, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos da informação referida, submeter o Projeto de Regulamento de Remoção de Veículos em Situação

de Abandono ou em Estacionamento Indevido ou Abusivos à aprovação da Assembleia Municipal para, no âmbito das suas competências, deliberar sobre o mesmo.

MAJFJ
laneli.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Projeto de Regulamento de Remoção de Veículos em Situação de Abandono ou em Estacionamento Indevido ou Abusivos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e determinar que se proceda em conformidade com o estabelecido no art.º 139.º do CPA.

4. Proposta de Regulamento Fundo de Emergência Social

O Senhor Presidente apresentou a Informação relativa ao Projeto de Regulamento Municipal Fundo de Emergência Social, que estabelece as condições de acesso ao Fundo de Emergência Social do Município de Almeida. Mais informou, que a versão inicial do Projeto foi presente a reunião de Câmara de dia 3 de outubro de 2023, tendo sido aprovada, por unanimidade e submetida a Consulta Pública. Decorrido o prazo de 30 dias, o qual terminou no dia 30 de dezembro de 2023 para apreciação pública do Projeto de Regulamento supramencionado, nos termos do artigo 100.º e artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado na página de Internet do Município, não foram apresentadas nos Serviços quaisquer reclamações ou sugestões sobre o seu conteúdo, pelo que foi novamente presente a Reunião de Câmara de dia 16 de janeiro de 2024, para apreciação da Informação de Consulta Prévia e submissão da mesma à Assembleia Municipal, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos da informação referida, submeter o Projeto de Regulamento Municipal Fundo de Emergência Social à aprovação da Assembleia Municipal para, no âmbito das suas competências, deliberar sobre o mesmo.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Projeto de Regulamento Municipal Fundo de Emergência Social, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e determinar que se proceda em conformidade com o estabelecido no art.º 139.º do CPA.

5. Correção à Informação IMI/2024 de 11 de outubro de 2023

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara municipal informou a Assembleia que o documento relativo à Correção à Informação IMI/2024 foi presente a reunião de Câmara de 17 de outubro de 2023 onde foi aprovada por unanimidade e submetida a sessão de Assembleia Municipal realizada a 22 de dezembro de 2023, onde foi, igualmente aprovada por unanimidade. Contudo, por lapso, não foi considerada a atualização da dedução fixa em função do número de dependentes a cargo do agregado familiar, pelo que é necessário proceder à sua retificação.

Colocado a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e retificar a Informação IMI/2024.

6. Revisão N.º 1 às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara que, sobre a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 3/2024, Revisão ao Orçamento n.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 1 explicou que o documento resulta do reforço de alguma rubricas que permitem continuar a permitir ter mais capacidade, produzir dinâmica e ter capacidade de executar coisas novas. Afirmou que foi também necessário fazer a correção dos valores dos vencimentos de acordo com a última tabela e a reposição de alguns valores pois, algumas despesas passaram para 2023, havendo necessidade de se alterar o orçamento. Afirmou que foi reforçado o Salão Multifunções da Freineda, Multifunções de Almeida, Escola de Nave de Haver, Cemitério da Cabreira e outros. Disse que este ano vão ter uma pressão acrescida, pois há necessidade de fazer algumas intervenções de conservação nalguns equipamentos.

O Presidente de Assembleia abriu o período de intervenções, inscrevendo-se, primeiramente, o Senhor António Frias, que no uso da palavra afirmou que, houve um reforço de seiscentos e onze mil, novecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos, na delegação de competências nas freguesias e que, no orçamento inicial esta rubrica estava aberta residualmente com cinquenta euros. Sendo que, nas duas modificações orçamentais que houveram no ano de 2024, foram reforçadas com quarenta e oito mil euros de uma vez e com cinquenta e cinco mil noutra, afirmou querer saber o porquê desta dotação e naquele montante.

Seguidamente, teve a palavra a Senhora Sara Correia, afirmando que na página cinco está atribuída verba para um armazém de leilão de gado bovino e ovino, questionando que tipo de intervenção vai ser feita e em que fase é que está.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, André Silva, para dizer que a sua questão se prende com o reforço de trezentos mil euros para a aquisição de imóveis e cem mil euros para a aquisição de terrenos, querendo saber para que vão servir aqueles valores.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara.

Em relação à questão do Senhor António Frias, o Presidente da Câmara respondeu que é uma questão financeira. Explicou que a transferência para as Juntas de Freguesia nas delegações de competências é feita diretamente pela DGAL com um desconto nas contas das transferências que estavam previstas vir para a Câmara Municipal e tem de haver essa receita e esse desconto para se fazer o equilíbrio das contas.

de
MARTO
landi.

Quanto à questão da Senhora Sara Correia, o Presidente informou que a Câmara municipal comprou aquele pavilhão, que é mais conhecido por Vale Meão, que era uma antiga fábrica e que o estão a utilizar como armazém. Contudo, grande parte do edifício está reservado para funcionar um leilão de gado e ter alguns espaços que possam ser utilizados por empresários para incrementar a economia e para implementar um projeto de melaria em Almeida. Referiu que, quanto a este último projeto será para ser desenvolvido nos próximos meses.

→
MARC
Lana G.

Em relação à questão levantada pelo Presidente de Junta de Vilar Formoso, o Presidente da Câmara afirmou que aquela verba se relacionava com dois pontos essenciais. Primeiro, porque é necessário fazer aquisição de alguns terrenos para colocar alguns dos projetos que pretende ver implementados mas, também, para ficarem de reserva, pela necessidade ou a obrigação de ser da responsabilidade da Câmara Municipal poder fazer as expropriações para fazer a ligação a Vilar Formoso da A62, da A25 e ligação ao Parque TIR, ficando a Câmara, com este montante, capacitada para o poder fazer. Há outras intenções que, entretanto, com o evoluir das coisas poderão optar por umas ou outras. Referiu que algumas das expropriações incluem edifícios.

Pedi para intervir novamente o Senhor António Frias, pedindo desculpa ao Senhor Presidente e a quem elaborou o documento, mas que, do seu ponto de vista, nunca poderá ser com aquela classificação pois está numa rubrica que são transferências correntes para as freguesias, dizendo que deveriam fazer de outra forma ou encontrarem outra maneira para não mexer no orçamento. Questionou: - *“Assim, qual vai ser a execução dessa rubrica? Se efetivamente não se vai dar a transferência para as freguesias, essa rubrica não se consegue fazer o que se pretendia, que eu entendi que é um acerto financeiro, mas, certamente não poderá ser da forma como está classificada”*. O Presidente da Câmara respondeu que era feito na mesma rubrica em que sempre foi utilizada para estas transferências e que o que estavam a fazer era passar para o orçamento o que se passa na realidade porque estão a retirar o valor de transferência que é feita para a Câmara Municipal que é subtraído a este valor que é para as freguesias. O Senhor António Frias afirmou que considerava não ser a forma correta. O Presidente respondeu que têm vindo a solicitar à DGAL alguns esclarecimentos e a forma de fazer é fruto desse contato com a DGAL, até porque há uma questão relacionada com as atualizações das transferências às freguesias que ainda não consegue responder, permanecendo em diálogo com a DGAL para obter esse esclarecimento.

Sem mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a votação a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 3/2024, Revisão ao Orçamento n.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 1, tendo o documento sido aprovado, por maioria, com 23 votos a favor e 7 votos de abstenção dos membros do Partido Socialista, João Filipe Coelho, José Gonçalves, Jaime Varelas, António Frias, Sara Correia, Sónia Cunha e André Silva.

7. Declaração Institucional para Incentivar o Transporte Ferroviário do Corredor Atlântico no Lanco Ibérico e a sua Ligação com Madrid

ou
MATI
lanche.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou à Assembleia, a Declaração Institucional assinada no passado dia 09 de janeiro do corrente ano de 2024, em Salamanca para, e em conjunto com o Embaixador de Portugal em Espanha, os Presidentes da Câmara Municipal da Guarda e de Viseu, o Presidente da Assembleia Municipal do Porto, o Presidente dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz, o membro do Conselho de Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, o Alcalde de Salamanca, a Conselheira da Mobilidade e Transformação Digital e o Vice Presidente do Conselho de Administração da Associação Empresarial de Portugal, promover-se a importância do troço ibérico ferroviário do Corredor Atlântico, que une os portos portugueses com Espanha e com o resto da Europa, através do eixo Porto – Aveiro-Salamanca e a ligação a Madrid. Mais disse que, reivindicou, por um lado a definição da importância do corredor do Eixo Atlântico, da definição de qual a bitola que vai funcionar e como é que vai operar a interligação da província de Salamanca com Portugal, a ligação com Castilla-Léon e ligação a Madrid e, por outro lado, da importância que poderia vir a ter a ligação a cidades portuguesas como Coimbra - Guarda a Salamanca ou Covilhã – Guarda a Salamanca com uma paragem na fronteira. Referiu uma história pessoal, para salientar o facto de que há trinta anos atrás estavam mais bem servidos de transporte ferroviários do que no presente, dizendo ainda que, ainda não se sabe também aquilo que vai ser repostos. Sabe que os transportes internacionais foram retirados sem quaisquer previsões e sem saber se vão manter os regionais ou se os intercidades serão alargados. Concluiu, dizendo que, o importante é que aquele eixo seja definido como o mais importante para Portugal, de reivindicar-se que ele aconteça na nossa região porque pode haver a tentação de o levar mais para sul ou mais para norte.

Não havendo inscrições para intervenções, o Presidente da Assembleia afirmou que este era um assunto que lhe era caro, expressando lamentar que os autarcas das principais cidades como Viseu, Coimbra, Porto, só agora tenham acordado para esta realidade, porque há mais de duas décadas que o chamado Eixo Atlântico, uma associação empresarial e política do Norte do País tem vindo a reivindicar, inclusive em instâncias próprias como as cimeiras ibéricas e ele próprio, à data, enquanto Presidente da RIET (Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças) que lutam de forma insistente e com alguns proveitos porque *“nós estamos a ficar na última carruagem porque tudo se perspectiva para que na ligação de Porto – Braga – Vigo já haja projetos e obras em curso, inclusivamente, no Porto de Leixões que nos estão a tomar a dianteira”*, referiu. Mais disse que, tudo se perspectiva também, segundo o que se vai ouvindo e segundo obras já, inclusivamente concursadas e lançadas, que se dá prioridade ao Porto de

Sines, com ligação à fronteira mais a sul, passando por Elvas. Afirmou ter ido aos seus arquivos, apresentando à Assembleia um documento, uma Moção datada de um de fevereiro de dois mil e dezanove, dizendo que já na altura denunciava aquilo que se perspectivava em relação àquele assunto. Dos vinte mil milhões que estão previstos no PRR para infraestruturas se dava prioridade, por via marítima aos Portos de Leixões, de Aveiro, de Sines. Por via ferroviária se dava prioridade às ligações a Norte e a Sul já referidas, enquanto o Centro ficava para último plano. Disse que, até podia ironizar, dizendo que nem em dois mil e cinquenta ou dois mil e sessenta se perspectivava que viéssemos a ter comboio de alta velocidade ou que tivéssemos as ligações que proporcionassem o desenvolvimento da nossa região tanto a nível de transporte de mercadorias como a facilidade de transporte de passageiros. Afirmou que, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara referiu é verdade, acrescentando que em Espanha ainda é pior do que Portugal, embora tenham uma rede excelente de comboios de alta velocidade, sendo o terceiro País do mundo com mais rede de alta velocidade, ultrapassando a Alemanha. Portugal, apesar de estar ao lado de Espanha, depara-se com uma triste realidade. Referiu que esta situação peca por ser tardia e lamenta que só tivessem acordado agora para esta realidade, esperando que na próxima reunião que se perspectiva que aconteça na Guarda sejam mais duros nas reivindicações pois, de forma branda, nada vai acontecer, lamentando viver numa região que está a ficar ultrapassada e esquecida e que nada se perspectiva ao nível do desenvolvimento que este País precisa e que os beirões merecem.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

8. Minuta de Contrato de Consórcio “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro”

O Senhor Presidente apresentou à Assembleia, a Minuta do Contrato de Consórcio “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro, a celebrar entre o Município e a INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar. Afirmou que este Contrato surge no âmbito do Portugal 2030 e os PROVERE (Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos). A INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar integra um Programa de Ação que identifica as Estâncias Termais como recurso endógeno inimitável e estabelece uma estratégia de dinamização e exploração das atividades de Saúde e Bem Estar. Informou que são os Vereadores Nazaré Ribeiro e Alcino Morgado quem está a acompanhar o assunto, acrescentando, que estes são os primeiros passos e que o assunto será novamente presente a reunião de Câmara, para aprovação dos estatutos, referindo ainda que, são intenções que estão marcadas de continuar a ver estes Proveres, não sabendo como é que vão funcionar e como é que vão ter capacidade de funcionamento.

si -
MATE
laned.

O Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Maria Helena Alves, que questionou se a Secretária de Estado da Promoção da Saúde foi abordada, no âmbito daquela intenção, uma vez que as Termas podem e devem ser entendidas como uma forma de promover saúde. O Presidente da Câmara solicitou que respondesse a Vereadora Nazaré Ribeiro, presente na sala. Esta afirmou que, até ao momento não foi possível reunir com a Secretária de Estado embora se tenham feito tentativas nesse sentido.

21 -
MARTIN
Lanali.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Minuta do Contrato de Consórcio "Valorização dos Territórios Termais da Região Centro".

9. Minuta de Contrato de Consórcio Externo AHP – Estratégia Territorial Aldeias Históricas de Portugal 2030

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara que, sobre a Minuta do Contrato de Consórcio Externo AHP - Estratégia Territorial Aldeias Históricas de Portugal 2030 explicou que, o presente Consórcio é constituído por entidades públicas e privadas de base local, regional, nacional e internacional que desenvolvem a sua atividade no território abrangido pela Rede das Aldeias Históricas de Portugal. A sede do Consórcio será na Aldeia Histórica de Belmonte e que o mesmo terá como propósito, o desenvolvimento de ações, objetivos, resultados e indicadores para o horizonte 2030, patentes na Estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal 2030, tendo em conta uma escala de intervenção associada à lógica funcional dos recursos a valorizar e o trabalho em rede. Dado que ainda é uma pré-estratégia, sendo este Consórcio uma condição para que as Aldeias Históricas se possam candidatar a fundos comunitários.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que, de seguida, se entraria no período de intervenção aberto ao público, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o artigo 20.º do Regimento da Assembleia.

Pediu para intervir o Presidente da União de Freguesias anfitriã, para dizer que quando ele informou na ASTA que se iria realizar uma Assembleia Municipal naquela União, os companheiros ali presentes e que vão seguidamente intervir, logo mostraram interesse em marcar presença e fazer uso da palavra pois, também se costumam reunir e debater muitos assuntos, assuntos esses com os quais fica muitas vezes deslumbrado com as formas de ver o

oi -
MARTINS
laneli.

mundo, com o coração. De seguida, tomou a palavra o Senhor Guilherme Anjos, utente da Associação Sócio Terapêutica de Almeida (ASTA) que começou por agradecer o apoio da União de Freguesias da Amoreira, Parada e Cabreira, nomeadamente da Cabreira, onde está instalada a Associação que frequenta. Referiu que sente apoio da comunidade, mais do que o sítio anterior onde estava, tendo mais liberdade para se expressar e para se deslocar na aldeia com segurança pois sabe que se precisar, vai sempre haver alguém para o ajudar. Afirmou que seria importante haver mais transportes públicos para fora da comunidade e que todos poderiam usufruir dos serviços. Logo de seguida, tomou a palavra a Senhora Margarida Martins, que disse estar há vinte e dois anos na ASTA e que têm dois grandes amigos, o Professor António Baptista e o Presidente António Machado, mencionando também os nomes da Doutora Maria José, da Doutora Alva, os Vereadores da Câmara Municipal de Almeida e a Sofia Romeiro. Sobre o Presidente, referiu que dá tudo pela ASTA. Pediu para recitar um poema, dedicando-o à sua amiga Alva que não estava presente, bem como ao seu amigo e grande amigo da ASTA, o Presidente da Câmara António Machado. Terminou a sua intervenção, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara se lhes podia alugar um autocarro para irem à praia nas férias.

O Presidente da Câmara pediu para intervir, dizendo que as coisas do coração mexem com ele e que tem grande amizade pelos companheiros da ASTA, que sente essa amizade e retribui essa amizade, brincando com o facto de não terem trazido o colega Marco que por ser tão eficaz no discurso, não deixa, por vezes os outros intervirem. Relembrou que a primeira vez que foi a uma sessão a representar a Câmara foi à ASTA, onde lhe ofereceram uma pequena árvore que continua até aos dias de hoje plantada no jardim de sua casa, lembrando-se sempre da ASTA de cada vez que olha para ela. Agradeceu aquele momento, dizendo que é uma Assembleia histórica e em forma de brincadeira disse, que agora teriam de propor a votação o subsídio para o autocarro.

O Presidente da Assembleia Municipal disse que acrescentar mais ao que o Presidente da Câmara referiu, seria estar a repetir-se. Afirmou que foi notória, a entrega como declamou o poema e concluiu a sessão da Assembleia Municipal, agradecendo a presença dos companheiros da ASTA.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia

Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos 2, 3, 4, 5 e 6, a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram onze horas, do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte três, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, pelo Primeiro Secretário, Mariana de Almeida Estevão, e por mim, Lara Gomes Silva, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa



O Primeiro Secretário



O Assistente Técnico

Lara G.